

**Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**  
**Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça**

CNPJ nº 23.453.830/0001-07

Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 2018 - Em Reais (R\$)						Demonstração do Déficit do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)					
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018	Período de 16/10	Nota	2019 a 31/12/18	Período de 16/10
<b>Circulante</b>		<b>1.808.129</b>	<b>1.606.378</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.740.584</b>	<b>1.197.797</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.679	19.397	Fornecedores	7	909.105	797.735				
Contas a receber	5	1.322.646	1.124.092	Obrigações trabalhistas	8	675.109	313.592				
Estoques		227.930	451.985	Obrigações sociais	9	123.954	73.843				
Outros créditos		59.874	10.904	Obrigações fiscais		30.777	12.038				
<b>Não Circulante</b>		<b>37.396</b>	<b>1.563</b>	Outras contas a pagar		1.639	589				
Imobilizado Líquido	6	37.396	1.563	<b>Não Circulante</b>		<b>921.545</b>	<b>491.875</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.845.525</b>	<b>1.607.941</b>	Outras contas a pagar	11	423.917	423.917				
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>						<b>Partes relacionadas</b>	<b>10</b>	<b>497.628</b>	<b>67.958</b>		
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>						<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12</b>	<b>(816.604)</b>	<b>(81.731)</b>		
Patrimônio social						(Passivo a Descoberto)		(81.731)	(19.960)		
Déficit do exercício / período						Déficit do exercício / período		(734.873)	(61.771)		
<b>Total Do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>						<b>Total Do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.845.525</b>	<b>1.607.941</b>		
As aplicações financeiras são registradas acusto acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. <b>b) Estoques:</b> São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. <b>c) Ativo imobilizado:</b> Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita deferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. <b>d) Ativo intangível:</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. <b>e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>f) Julgamentos e estimativas:</b> A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. <b>Provisões para riscos judiciais:</b> A Entidade reconhece, quando identificada, provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. <b>g) Apuração do Superávit/Déficit:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. <b>h) Reconhecimento de receitas:</b> As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. <b>i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. <b>j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:</b> Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. <b>l) Patrimônio líquido:</b> Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>m) Demonstrações dos fluxos de caixa:</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. <b>3. Gestão de Risco:</b> A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surjam principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que <a href="#">continua</a>											
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>						<b>Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>					
<b>1. Contexto Operacional:</b> a) <b>Objetivos Sociais:</b> O Hospital e Municipal Maternidade Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) faz parte da rede pública do Município de São Francisco do Sul em Santa Catarina. O Hospital está estruturado com perfil de Hospital Geral de nível secundário de atenção, com 37 leitos. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, ambulatório nas especialidades de pediatria e clínico geral. Conta ainda com SADT em Imagem (raios-x e eletrocardiograma) e Laboratório de Análises Clínicas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, podendo efetuar procedimentos particulares conforme previsto em contrato. O Hospital está situado à Manoel Antônio Bueno, S/N, São Francisco do Sul - SC . b) <b>Contrato de Gestão:</b> O contrato de gestão do Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 013/2019, vigente até 13/04/2024, com renovações anuais. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:						<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>					
<b>Ámbito Legislação</b>						<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2019 a 31/12/18</b>	<b>Período de 16/10</b>		
Federal Decreto Federal nº 8.080/90 DOU de 19/09/1990						Déficit do exercício / período		(734.873)	(19.960)		
Estadual Lei Estadual nº 8.666/1993 DOE de 21/06/1993						Depreciação/amortizações		2.086	27		
Municipal Lei Municipal nº 1263 DOM de 24/11/2011						(=) Déficit ajustado		(732.787)	(19.933)		
A Entidade é portadora do Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEHAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) <b>Impactos da Covid-19 nas operações:</b> A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da UPA, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que CMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. 2. <b>Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:</b> 2.1. <b>Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 20 de abril de 2020. 2.2. <b>Base de mensuração e apresentação:</b> As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. 2.3. <b>Moeda funcional e de apresentação:</b> Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. <b>Principais práticas contábeis a) Caixa e equivalente de caixa:</b> São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata.						<b>Variações no circulante das contas de ativo e passivo</b>		<b>519.317</b>	<b>(27.038)</b>		
						Aumento dos créditos - circulante		(247.525)	(1.134.996)		
						Redução / (Aumento) de estoques		224.055	(451.985)		
						Aumento de fornecedores		111.370	797.735		
						Aumento de obrigações trabalhistas		361.517	313.592		
						Aumento de obrigações sociais		50.111	73.843		
						Aumento de obrigações tributárias		18.739	12.038		
						Aumento de outras obrigações		1.050	589		
						Aumento das obrigações - não circulante		-	423.917		
						Ajustes patrimoniais		-	(61.771)		
						<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>			<b>(213.470)</b>	<b>(46.971)</b>	
						<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>			<b>(37.918)</b>	<b>(1.590)</b>	
						Aquisição de imobilizado		(37.918)	(1.590)		
						<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>			<b>429.670</b>	<b>67.958</b>	
						Partes relacionadas		429.670	67.958		
						<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>178.282</b>	<b>19.397</b>	
						Variação em caixa e equivalentes de caixa					
						Saldo existente no início do exercício / período			19.397	-	
						Saldo existente no final do exercício / período			197.679	19.397	
						<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>178.282</b>	<b>19.397</b>	



► **continuação** sões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade

a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 20/04/2020.

**Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398**  
Valter Piovam-Contador CRC 1SP 146651/O-0-CNAI nº1.018.

Cod. Mat.: 666405

#### COMUNICADO DE EXTRAVIO

DORINI & CIA LTDA, estabelecido em Capinzal, SC., na Rua Presidente Nereu Ramos, 548, CNPJ sob nº 79.283.404/0001-90- comunica o extravio de uma impressora fiscal marca BEMATECH, MODELO MP 7000, TH FI Nº DE FABRICAÇÃO BE080810101010000166, conforme BOLETIM DE OCORRÊNCIA registro 0544613/2019-80.

Cod. Mat.: 666602

**DAMIANI GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.631.608/0001-78 - NIRE: 42204251081. ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS. 01 - DATA, HORA E LOCAL:** Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2020, às 09:00 hs, na sede da sociedade, na R. João Pessoa, 65 - 2º andar – Centro - Criciúma – SC. **02 - PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Totalidade dos sócios representando 100% (cem por cento) do capital social, dispensando, portanto, o cumprimento dos art. 1.152, § 1º e 3º, combinado com o art. 1.072, § 2º do CCB. **03 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** **NELCIDES JOSÉ DAMIANI**, presidente, **SIDNEY JOSÉ DAMIANI**, secretário, **NOIODÁ JOSÉ DAMIANI** e **JUAREZ JOSÉ DAMIANI**.

**04 - ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto, na forma do art. 1.082, inciso II, do CC, aprovado pela Lei 10.406, de 10/01/2002. **05 - DELIBERAÇÕES:** 1. Em função do excesso de capital na sociedade, foi deliberada a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional de R\$ 16.427.500,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos reais) dividido em 16.427.500 (dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos) quotas, para R\$ 13.764.850,00 (treze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais) dividido em 13.764.850 (treze milhões e setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, com diminuição de uma parcela no valor de R\$ 2.662.650,00 (dois milhões e seiscentos e sessenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais), correspondente a 2.662.650,00 (dois milhões e seiscentos e sessenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais), quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, em virtude de estar excessivo em relação ao objeto da sociedade. (Art. 1082, II, Lei 10.406/2002 – CC). A redução do Capital Social ocorre em DEVOLUÇÃO de parte de quotas da sociedade na participação no Capital Social dos sócios, da seguinte forma: **NOIODÁ JOSÉ DAMIANI** CPF: 343.023.109-44 recebe neste ato referente ao PAGAMENTO da Redução do Capital supra citada, pelo valor contábil (Lei 9.249/95, art. 22), 20% do imóvel de matrícula 62.740, identificado como um terreno no município de Criciúma-SC, constante do Balanço Patrimonial da sociedade, levantado em 31/03/2020 na conta contábil de número: 132000 a fração de 20% corresponde ao valor de R\$ 1.183.500,00 (hum milhão e cem e oitenta e três mil e quinhentos reais); o sócio **JUAREZ JOSÉ DAMIANI** CPF: 551.402.929-91 recebe neste ato referente ao PAGAMENTO da Redução do Capital supra citada, pelo valor contábil (Lei 9.249/95, art. 22), 15% do imóvel de matrícula 62.740, identificado como um terreno localizado em Criciúma-SC, constante do Balanço Patrimonial da sociedade, levantado em 31/03/2020 na conta contábil de número: 132000 a fração de 15% corresponde ao valor de R\$ 887.550,00 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais); o sócio **SIDNEY JOSÉ DAMIANI** CPF: 669.862.739-91 recebe neste ato referente ao PAGAMENTO da Redução do Capital supra citada, pelo valor contábil (Lei 9.249/95, art. 22), de 10% do imóvel de matrícula 62.740, identificado como um terreno em Criciúma-SC, constante do Balanço Patrimonial da sociedade, levantado em 31/03/2020 na conta contábil de número: 132000 a fração de 10% corresponde ao valor de R\$ 591.600,00 (quinhentos e noventa e um mil e seiscentos reais), constante do Balanço Patrimonial da sociedade, levantado

em 31/03/2020; mantidos no ativo até a presente data. Por fim, foi deliberada a alteração do contrato social, em função da alteração acima especificada. **06 – ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios em 01 única via. **DAMIANI GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA. PRESIDENTE: NELCIDES JOSÉ DAMIANI** - CPF: 344.100.829-49 - IDENT. 427.925-5/SSPSC. **SECRETÁRIO: SIDNEY JOSÉ DAMIANI** - CPF: 669.862.739-91 - IDENT. 2.151.281/SSPSC. **JUAREZ JOSÉ DAMIANI** - CPF: 551.402.629-91 - IDENT. 1.525.861-0/SSPSC. **NOIODÁ JOSÉ DAMIANI** - CPF: 343.023.109-44 - IDENT. 331.522-3/SSPSC.

Cod. Mat.: 666528

#### ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 08.207.876/0001-15

NIRE nº 4230004154-8

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### DA ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

##### 1. Convocação:

Ficam convocados todos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, que se realizará no dia 08 de Maio de 2020, às 09:00 horas, na sede da Companhia, situada na Rodovia José Carlos Daux, 5500, 3º andar, Sala 329, Saco Grande, CEP 88032-005, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

**2. Ordem do Dia**

**Item Deliberativo:**

I. Aprovação das Demonstrações Financeiras (DRE's) da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Os documentos correspondentes à Ordem do Dia acima, estão disponíveis aos Acionistas na Sede da Companhia.

Florianópolis, 28 de abril de 2020.

Cod. Mat.: 666621

**AVISO DE ERRATA** - O Hospital Municipal São José torna público que está promovendo alterações no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 096/2020 destinado a Aquisição de Material de Enfermagem, transferindo a data de abertura das propostas para o dia 19/05/2020 às 09:00 horas. A errata na íntegra encontra-se à disposição dos interessados nos sites [www.joinville.sc.gov.br/editalpublico](http://www.joinville.sc.gov.br/editalpublico) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - UASG 927773. Joinville, 28 abril 2020. Jean Rodrigues da Silva, Diretor Presidente. Fabricio da Rosa, Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 666721

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Hospital Municipal São José leva ao conhecimento dos interessados que homologa o processo licitatório levado a efeito através do Pregão Eletrônico nº 033/2019, plataforma do Banco do Brasil nº 783364, referente ao Registro de Preços, destinado à futura e eventual Aquisição de Materiais Elétricos, bem como o julgamento efetuado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, adjudicando o objeto licitado à empresa vencedora e seus respectivos itens e valores totais, quais sejam: AVIZ COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - Itens de Livre Disputa: Item 11 - R\$ 4.506,00; Item 16 - R\$ 1.785,00; Item 18 - R\$ 490,00; Item 21 - R\$ 760,00; Item 22 - R\$ 272,00; Item 37 - R\$ 176,00; Item 38 - R\$ 128,00; Item 39 - R\$ 740,00; Item 40 - R\$ 1.470,00; Item 41 - R\$ 123,00; Item 54 - R\$ 500,00; Item 60 - R\$ 107,80; Item 61 - R\$ 749,00; Item 64 - R\$ 255,00; Item 65 - R\$ 709,00; Item 66 - R\$ 74,64; Item 67 - R\$ 170,25; Item 68 - R\$ 281,10; Item 73 - R\$ 3.200,00; Item 74 - R\$ 927,00; Item 76 - R\$ 515,04; Item 100 - R\$ 2.649,00; Item 110 - R\$

2.940,00; Item 111 - R\$ 3.000,00; Item 118 - R\$ 603,00; Item 127 - R\$ 360,20; Item 147 - R\$ 7.495,00; Item 148 - R\$ 228,60; Item 175 - R\$ 610,00; Item 176 - R\$ 2.940,00; Item 182 - R\$ 1.149,00; Item 184 - R\$ 17.276,00. Itens Desertos: 79, 108, 142, 143, 144 e 153. Itens Fracassados: 72, 80, 99, 115, 120, 122, 145 e 151. Joinville/SC, 28 de abril de 2020.

Jean Rodrigues da Silva, Diretor Presidente.  
Fabricio da Rosa, Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 666722

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

Setor Licitações

#### AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

Objeto: Execução dos serviços necessários às obras de ampliação e melhorias do sistema de tratamento de efluentes, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramental necessário, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até 08:30h dia 19/05/2020 na sede do CIRSURES de Urussanga/SC, Sítio a Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC. Abertura dos envelopes: as 09:00h do dia 19/05/2020. O edital estará à disposição aos interessados das 08h às 12h00 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro-Urussanga/SC ou no site [www.cirsures.sc.gov.br](http://www.cirsures.sc.gov.br) [www.cirsures.sc.gov.br](http://www.cirsures.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone: (041) 3465-0306 ou pelo e-mail: [compras@cirsures.sc.gov.br](mailto:compras@cirsures.sc.gov.br).

Cod. Mat.: 666734

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 001/ SAMAE/2019

#### PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/SAMAE/2019.

**OBJETO:** Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato nº. 001/ SAMAE/2019, que tem como objeto a locação de automóvel para atender às necessidades eventuais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, que prevê o término em 22/04/2020 e por este Termo Aditivo passa a ser 21/04/2021, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e demais motivos constantes do Parecer Jurídico nº. 80/2020, favorável e com base no art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

**CONTRATADA: WILLIAN BIFF BRIGIDO ME**

**VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta e reais).**

**VIGÊNCIA: 12 meses a contar de 22/04/2020.**

Cod. Mat.: 666832

**Simae de Capinzal e Ouro/SC - Aviso de Licitação:** Modalidade: Pregão Presencial nº CAO/12/2020. Processo Licitatório nº CAO/0119/2020. Objeto: contratação de empresa especializada na administração e fornecimento mensal de vales-alimentação, através do sistema de cartão eletrônico. Tipo: menor preço por item (menor taxa de administração ou maior desconto/abatimento). Abertura: dia 15 de maio de 2020, às 10:00 horas. Local: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz – Capinzal/SC. CEP 89.665.000. O edital poderá ser solicitado pelo e-mail [francielai@simaeaco.sc.gov.br](mailto:francielai@simaeaco.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaeaco.sc.gov.br](http://www.simaeaco.sc.gov.br). Telefone para contato: (049) 3555-1107. Capinzal/SC, 30 de abril de 2020. Franciel A. da Rosa - Pregoeira. Cod. Mat.: 666838